

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Novembro/2017 (Dados de Setembro/2017)



Desempenho Fiscal

União registra deficit primário de R\$ 101,3 bilhões até setembro de 2017, após a meta de deficit anual ter sido alterada para R\$ 162,0 bilhões pela Lei 13.480/2017. No âmbito do governo central, expectativas de mercado apontam para deficit anual de R\$ 158,4 bilhões, muito próximo do limite da meta de deficit de R\$ 159,0 bilhões constante da LDO vigente.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM SETEMBRO	ATÉ SETEMBRO (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	-21,3	-82,1	-143,1	-163,1	-81,0
União	-22,0	-101,3	-142,0	-162,0	-60,7
Governo Central	-22,2	-100,9	-139,0	-159,0	-58,1
Empresas Estatais Federais	0,2	-0,4	-3,0	-3,0	-2,6
Estados e Municípios	0,7	19,2	-1,1	-1,1	-20,3

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.408/2016 (LDO 2017), atualizada pela Lei 13.480/2017.

O resultado primário da União em setembro de 2017 foi deficitário em R\$ 22,0 bilhões. No ano, deficit acumulado é de R\$ 101,3 bilhões. Entre componentes do resultado, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registrou deficit primário de R\$ 141,4 bilhões no período. Descontado o INSS, portanto, o resultado fiscal da União acumulado até setembro seria superavitário em R\$ 40,5 bilhões.

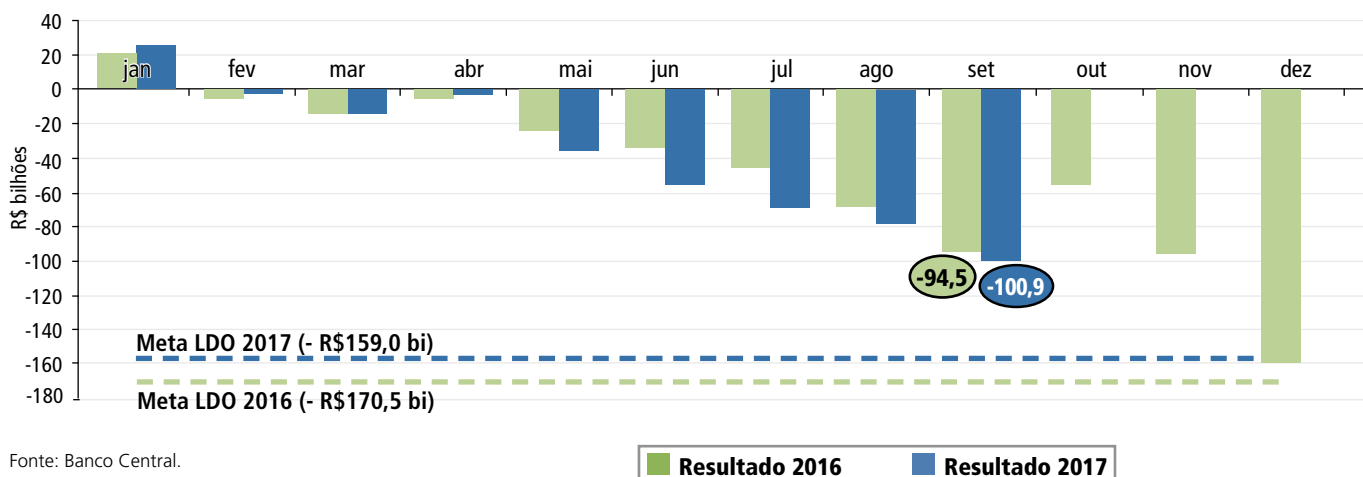
Em face do sério risco de descumprimento das metas fiscais originalmente fixadas, apontado em edições anteriores, o Poder Legislativo aprovou projeto que originou a Lei 13.480/2017, com vistas à ampliação das metas de deficit anual, conforme retratado no quadro acima.

Prospectivamente, destaca-se que, no âmbito do governo central (que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais), a mediana das projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (edição de outubro), aponta para deficit de R\$ 158,4 bilhões em 2017. Tal resultado é muito próximo do limite da meta de deficit de R\$ 159,0 bilhões constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

O atual quadro fiscal revela que, mesmo com a entrada em vigor do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95/2016), instituído com vistas à contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, persiste o grave cenário de dificuldade de resgate do equilíbrio das contas públicas.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



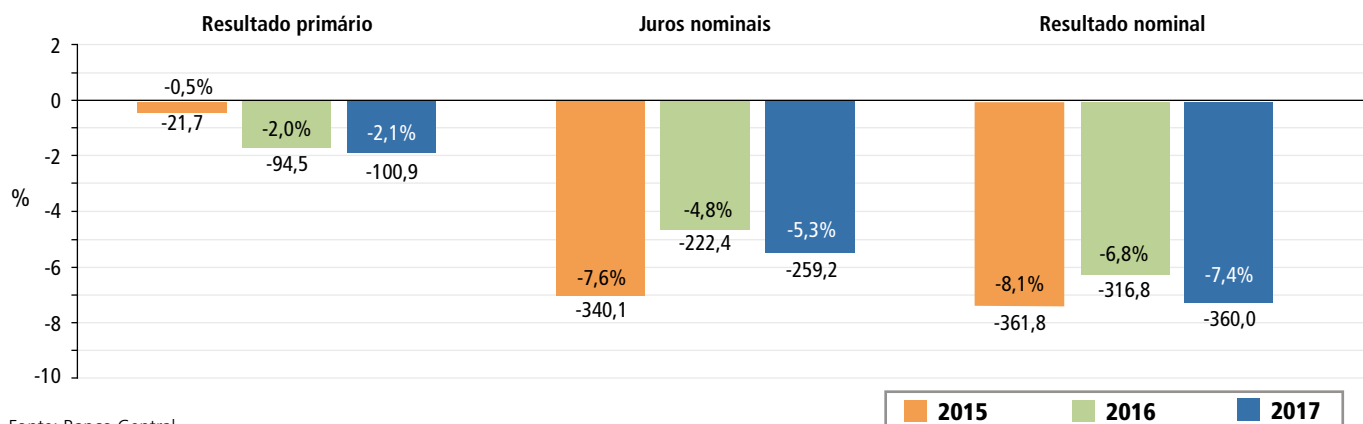
Fonte: Banco Central.

Em setembro de 2017, o governo central apresentou déficit primário de R\$ 22,2 bilhões, frente a déficit de R\$ 26,5 bilhões apurado no mesmo mês de 2016. No acumulado

do ano, o resultado foi deficitário em R\$ 100,9 bilhões (2,1% do PIB). No mesmo período de 2016, o déficit primário acumulado foi de R\$ 94,5 bilhões (2,0% do PIB).

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Janeiro a Setembro (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

O resultado nominal do governo central até setembro de 2017 foi deficitário em R\$ 360,0 bilhões (7,4% do PIB). Em 2016, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 316,8 bilhões (6,8% do PIB).

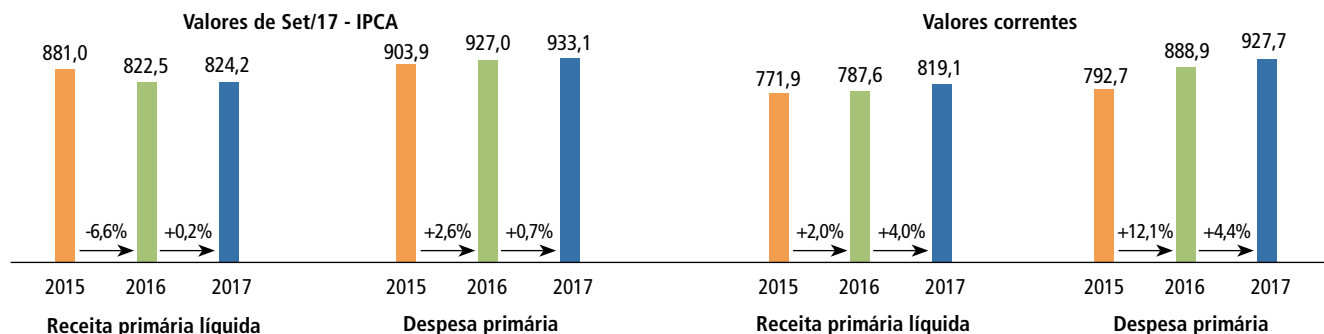
Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 259,2 bilhões (5,3% do PIB) até setembro deste ano, comparativamente aos R\$ 222,4 bilhões (4,8% do PIB) apurados no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom),

atualmente no patamar de 7,5% a.a., as despesas reais com juros tendem a se manter elevadas ao longo do ano, tendo em vista a queda da inflação. Esse fato, somado à persistência do déficit primário e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do nível da dívida pública, conforme registrado no item F.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Janeiro a Setembro (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou aumento real de 0,2% no período de janeiro a setembro de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária teve aumento real de 0,7%.

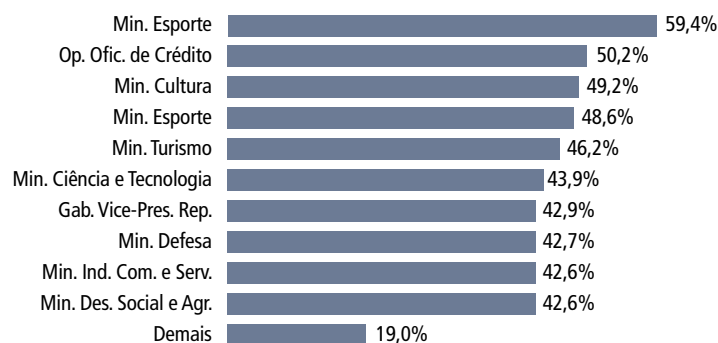
A preços de setembro de 2017, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 26,0 bilhões em setembro de 2016 para um déficit de R\$ 22,7 bilhões no mesmo mês de 2017, o que representou redução de R\$ 3,2 bilhões (12,2%) no déficit. Essa variação decorreu da elevação da receita líquida em R\$ 7,0 bilhões (8,5%), parcialmente compensada pela elevação de R\$ 3,9 bilhões (3,6%) da despesa total.

Sobre a elevação da receita, destaque-se a arrecadação com o Programa Especial de Regularização Tributária (Medida Provisória 783/2017), a elevação das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis (Decreto 9.101/2017) e a melhora nos indicadores macroeconômicos associados à atividade econômica.

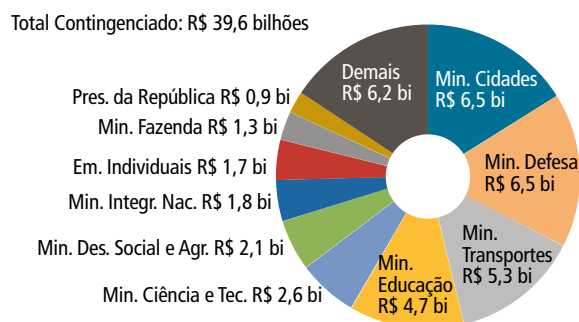
O crescimento nas despesas foi afetado pela antecipação do calendário de pagamento de precatórios, no montante de R\$ 18,1 bilhões, com impacto principalmente nas despesas com benefícios previdenciários e pessoal e em Sentenças Judiciais e Precatórios. Saliente-se que a situação das despesas não está pior devido à elevada redução nas despesas discricionárias, chegando a uma redução de R\$ 28,0 bilhões, no acumulado até setembro, em relação ao mesmo período do exercício anterior.

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Contingenciamento por Órgão (% da dotação atual)



Contingenciamento por Órgão (R\$ bilhões)



Fonte: Decreto 8.961/2017, atualizado até o Decreto 9.164/2017, e Siga Brasil. Para as emendas individuais e as de bancada impositivas foram utilizados os montantes de execução obrigatória, R\$ 8,47 bilhões e R\$ 4,26 bilhões respectivamente, equivalentes a 1,2% e 0,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2016. Em ambos os casos, o percentual de contingenciamento foi de 19,9%.

Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre de 2017, o Poder Executivo apurou a possibilidade de ampliar em R\$ 12,8 bilhões o limite de empenhos das despesas discricionárias da União. Essa ampliação de empenhos (descontingenciamento) decorre da elevação em R\$ 20,0 bilhões da meta de déficit fiscal

estabelecida na LDO, parcialmente compensada pela redução de R\$ 4,9 bilhões na estimativa da receita primária líquida e pelo aumento de R\$ 2,3 bilhões na previsão de despesas primárias.

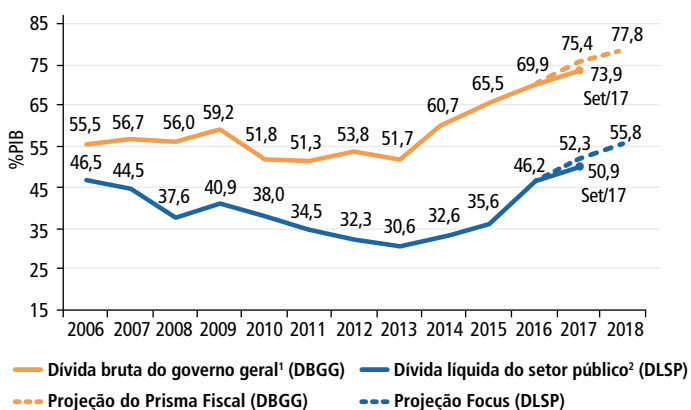
A redução da projeção da receita primária líquida é devida, dentre outros fatores, à revisão de parâmetros (índices inflacionários, massa salarial, preço do petróleo e taxas de juros e câmbio) e às reestimativas da arrecadação com repatriação de recursos e com o Programa de Regularização Tributária (Medida Provisória 783/2017). Foi considerada, ainda, a estimativa de aumento da receita de concessões e permissões em decorrência de antecipação do pagamento da outorga do Aeroporto do Galeão.

Pelo lado da despesa, destaca-se o crescimento de R\$ 1,2 bilhão na estimativa de pagamento de abono salarial e seguro-desemprego e de R\$ 2,2 bilhões nas despesas para garantir o cumprimento do mínimo constitucional da Saúde.

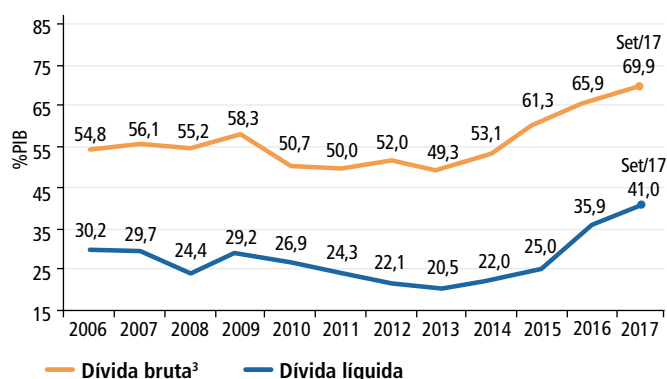
Editado o Decreto 9.164/2017, encontram-se contingenciados R\$ 39,6 bilhões da dotação atualizada até o mês de outubro, conforme detalhamento do gráfico, o que equivale a 27,0% das despesas discricionárias autorizadas do Poder Executivo, que correspondem a R\$ 145,9 bilhões.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a set/2017



Governo Federal - 2006 a set/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de outubro/2017 e Relatório Focus de 27/10/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) cresceu 0,2 p.p. em relação ao fim de agosto de 2017 e alcançou 73,9% do PIB (R\$ 4,8 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 50,9% do PIB (R\$ 3,3 trilhões) em setembro, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,7% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). A dívida mobiliária federal interna totalizou R\$ 3,3 trilhões (51,1% do PIB) em setembro, registrando acréscimo de R\$ 25,6 bilhões em relação a agosto. O resultado refletiu resgates líquidos R\$ 0,5 bilhão, apropriação de juros de R\$ 25,9 bilhões e acréscimo de R\$ 0,1 bilhão decorrente da depreciação cambial.

A dívida líquida do setor público (DLSP) alcançou R\$ 3,3 trilhões (50,9% do PIB) em setembro, aumentando 0,7 p.p. em relação ao mês anterior. No ano, a elevação de 4,7 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 4,7 p.p.), do déficit primário (aumento de 1,3 p.p.), do reconhecimento de dívidas (aumento de 0,1 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,5 p.p.), da valorização cambial acumulada de 2,8% (aumento de 0,4 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,2 p.p.).

Os resultados fiscais deficitários do mês de setembro, comentados nos itens A a C, mantêm a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de julho, a DBGG deve alcançar 75,4% do PIB ao final deste ano e 77,8% do PIB ao término de 2018.

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,1 p.p. em setembro de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 69,9% do PIB (R\$ 4,5 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal aumentou 0,5 p.p. no período e registrou 41,0% do PIB (R\$ 2,7 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal